

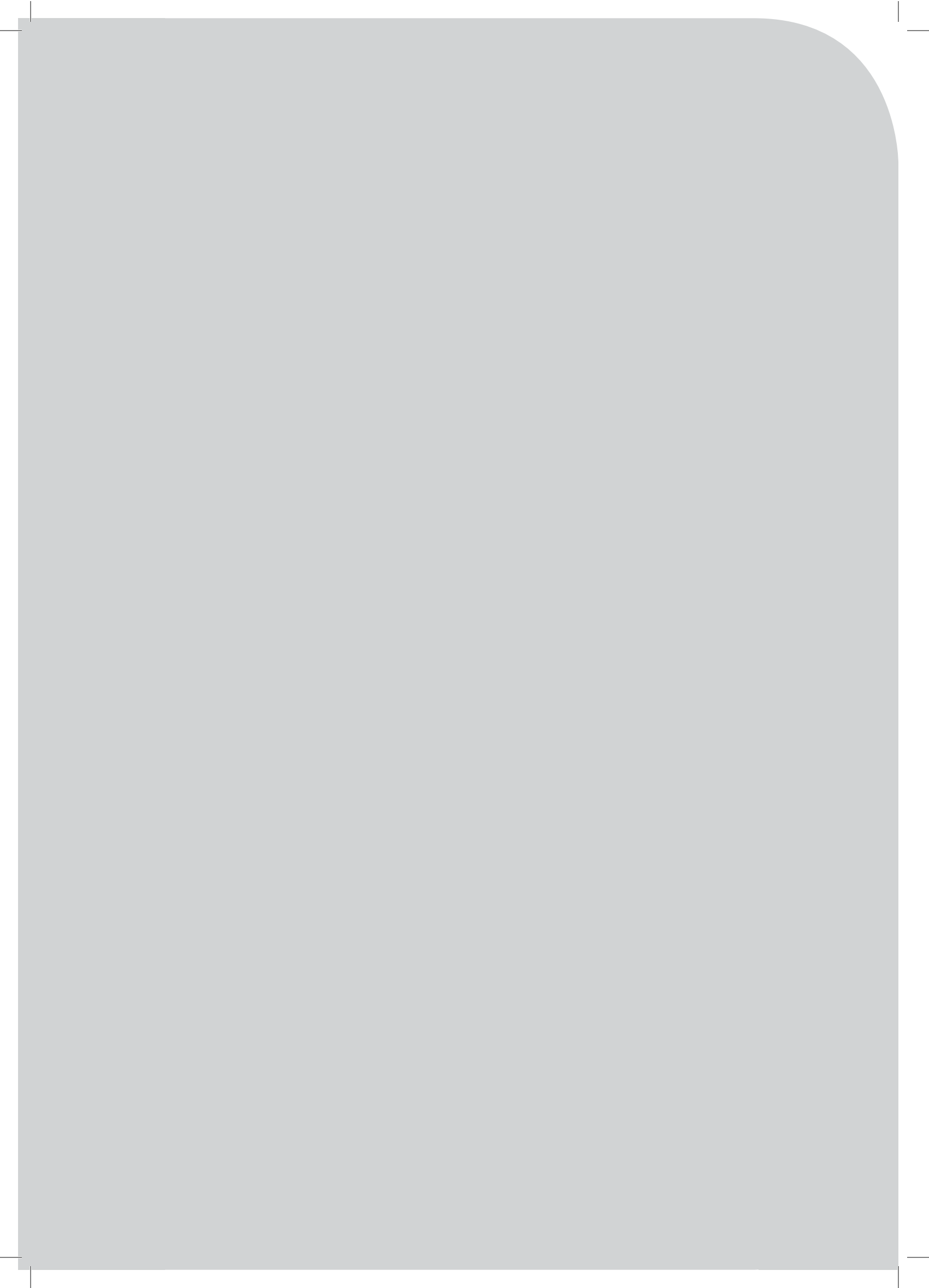
TABACONOMICS



***Como as grandes empresas de tabaco
usam dados duvidosos para minar as
políticas de saúde***

ACTbr

Alliança de Controle do Tabagismo





TABACONOMICS

Como as grandes empresas de tabaco usam dados duvidosos para minar as políticas de saúde

"... os argumentos econômicos frequentemente usados pela indústria para impedir a proibição do fumo em ambientes fechados não estavam mais funcionando, se é que chegaram a funcionar. Esses argumentos simplesmente não tinham credibilidade com o público, o que não é de se surpreender quando se leva em conta que nossas previsões terríveis do passado poucas vezes se tornaram verdade." – **Tina Walls, Phillip Morris, 1994 – divulgado como resultado de ação judicial**¹.

Tabaconomics – 1. Uso de análises tendenciosas e falaciosas para minar as políticas públicas de saúde. 2. Criar medo desnecessário sobre o impacto econômico e social de regulações que objetivam reduzir o consumo de produtos de tabaco.

Publicação Original: "Tobaconomics – How big Tobacco uses dodgy data to "throw sand in the gears" of global health policy." da Action on Smoking and Health (ASH), 2011. ISBN: 978-1-872428-86-4

Traduzido e adaptado por Aline Navega Biz, Paula Johns e Mônica Andreis.

Revisão de Anna Monteiro.

Projeto gráfico de FW2 Agência Digital.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
MITOS DO TABACONOMICS	07
INTRODUÇÃO – ARGUMENTOS ECONÔMICOS CONTRA O CONTROLE DO TABAGISMO	07
ARGUMENTOS PRÓ-INDÚSTRIA E O TABACONOMICS	11
DEFENDENDO PEQUENOS NEGÓCIOS, OS EMPREGOS DOS TRABALHADORES E OS AGRICULTORES QUE PLANTAM TABACO	12
TABACONOMICS E A PROIBIÇÃO DA EXPOSIÇÃO NOS PONTOS DE VENDA	12
TABACONOMICS E A PROIBIÇÃO DE ADITIVOS	14
TABACONOMICS E A IMPLEMENTAÇÃO DE LEGISLAÇÕES DE AMBIENTES LIVRES DE FUMO	14
TABACONOMICS E A PERDA DE EMPREGOS	17
SOANDO O ALARME DO CONTRABANDO E FALSIFICAÇÃO DE CIGARROS	19
TABACONOMICS E O MERCADO ILÍCITO DE CIGARROS	19
TABACONOMICS E AS EMBALAGENS GENÉRICAS	22
NEGANDO A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE CONTROLE DO TABAGISMO	23
TABACONOMICS E A INICIAÇÃO DOS JOVENS	23
TABACONOMICS E AS TAXAS DE PREVALÊNCIA	26
CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS	29

APRESENTAÇÃO

A utilização de argumentos econômicos para distrair a atenção de legisladores, autoridades reguladoras e formadores de opinião faz parte do repertório de táticas utilizadas pela indústria do tabaco, aliados e grupos de frente para criar obstáculos à adoção de políticas públicas de controle do tabagismo comprovadamente eficazes na redução da prevalência do tabagismo.

Tendo em vista a abundância de evidências científicas independentes e inequívocas sobre os efeitos deletérios do tabagismo na saúde humana, social e ambiental, hoje não seria mais crível contra-argumentar esses efeitos usando provas das ciências da saúde. Portanto, estamos na era em que os argumentos utilizados pela indústria do tabaco para se opor às políticas públicas de saúde têm um viés econômico.

A presente publicação é uma iniciativa da ONG britânica ASH – Action on Smoking and Health em responder às constantes ameaças de desastre econômico, promovidas e patrocinadas pela indústria do tabaco quando se debate o controle do tabagismo. Essa estratégia é utilizada em todo o mundo, inclusive no Brasil, e os argumentos são muito similares. Portanto, nos inspiramos na iniciativa da ASH para

traduzir e adaptar uma publicação que traz uma série de exemplos internacionais, relevantes para desafios presentes e futuros do contexto nacional, e inserimos casos concretos do Brasil. Os exemplos demonstram que o cenário de tragédia econômica não se concretiza na vida real. A divulgação desses argumentos é oportuna para desfazer os mitos econômicos apresentados como barreira para adoção de políticas de saúde.

A ACT busca contribuir para o que Brasil tenha políticas públicas abrangentes de controle do tabaco, que protejam de forma efetiva as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo, produção e exposição à fumaça do tabaco. A presente publicação é parte dessa missão.

MITOS DO TABACONOMICS

INTRODUÇÃO – ARGUMENTOS ECONÔMICOS CONTRA O CONTROLE DO TABAGISMO

Quando médicos e pesquisadores entenderam pela primeira vez, nos anos 50, que o fumo provoca mortes, a indústria do tabaco passou a enfrentar um dilema: tomar uma posição extremamente perigosa e admitir que seu produto pode eventualmente matar metade de seus usuários, ou usar sua influência e recursos vultosos para proteger seus interesses e neutralizar tais evidências, a fim de minar as políticas públicas de saúde.

Conforme se aumentou o entendimento sobre as reações adversas do cigarro na expectativa e qualidade de vida, os argumentos da indústria a favor do tabaco se diversificaram. Atualmente, em razão de a indústria ter sido forçada a reconhecer que o fumo mata², seus esforços estão cada vez mais concentrados na construção de argumentos econômicos e libertários contra as políticas com objetivo de reduzir a prevalência, assim como em táticas de amedrontamento para evitar que os formuladores de políticas apoiem medidas de controle do tabagismo.

A indústria do tabaco não pode mais negar de forma crível a dependência gerada pelo tabaco, seu papel como agente causador

do câncer de pulmão e os efeitos nocivos do fumo passivo. Então os argumentos empregados para subjugar as políticas de controle do tabagismo e influenciar os formuladores de políticas governamentais enfatizam os efeitos adversos para a economia que tais medidas teriam.

Lobistas da indústria argumentam repetidamente que medidas de controle do tabagismo serão ao mesmo tempo inúteis e causarão uma queda desastrosa nas vendas de cigarros. Essa aparente contradição é contornada ao se argumentar que qualquer forma de regulação do tabaco levará a um aumento no contrabando, o que levaria à manutenção das taxas de prevalência nos níveis atuais, ao mesmo tempo em que os negócios legítimos declinariam e os agricultores perderiam seu sustento.

Os mesmos argumentos são repetidamente reciclados conforme o surgimento de uma nova política de intervenção. Por exemplo, é alegado que não só o aumento de impostos, mas também a proibição da exposição do produto nos pontos de venda levariam a um aumento do contrabando, queda na arrecadação de impostos e aumento do número de falências de pequenos varejistas. Quando uma consulta pública sobre embalagens genéricas foi lançada no Reino Unido, os mesmos argumentos foram utilizados mais uma vez. Eles já

havam sido usados na Austrália durante a discussão sobre a adoção das embalagens genéricas.

No Brasil, quando a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco estava em pauta no Senado Federal, entre 2004 e 2005, uma grande mobilização de agricultores familiares contrários à adesão ao Tratado, foi capitaneada pela Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil (uma das entidades ligadas à ITGA)¹. Os principais argumentos contra a ratificação alegavam que o tratado colocaria em risco 2,5 milhões de pessoas, somente no Brasil, que dependeriam do fumo para sua sobrevivência.

"Expulsar o fumo do Brasil é fácil; difícil será sustentar os brasileiros que perderão o seu sustento" - **trecho de**



Audiência pública sobre CQCT

¹ A ITGA – International Tobacco Growers Association é um grupo de frente financiado pela indústria do tabaco para parecer uma voz mais legítima contra as medidas de controle do tabagismo.

folder da Afubra distribuído para parlamentares e para agricultores.

"A grande preocupação quanto à questão da Convenção-Quadro é que ela poderá prejudicar, em muito, a economia do Rio Grande do Sul e do Brasil... Os reflexos se darão no campo social, econômico e, com certeza, também no político. O faturamento da safra de fumo foi de R\$ 1,3 bilhão, segundo dados da Afubra. Além da geração de renda, a cultura gerou 946 mil empregos diretos e mais de um milhão de empregos indiretos." - **pronunciamento do Senador Paulo Paim (PT-RS) em 10/12/2004 sobre audiência pública realizada em 06/12/2004 em Santa Cruz do Sul (RS).**

Em dezembro de 2010, após o lançamento das Consultas Públicas nº 112 e 117, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), contendo propostas de proibição do uso de aditivos nos cigarros e de regulamentação das embalagens, exposição do produto e publicidade nos pontos de venda^{3 4}, um estudo foi lançado pela FGV projetos. O relatório foi encomendado por seis organizações, das quais quatro são sabidamente aliadas da indústria, os chamados "grupos de frente", e nele tais argumentos apareceram novamente⁵.

Igualmente, durante a tramitação da Medida Provisória 540/2011^{II}, no Congresso Nacional, no segundo semestre de 2011⁶, ouviu-se mais de uma vez de parlamentares que os representantes dos interesses da indústria utilizam o argumento do aumento do contrabando no país para evitar as mais variadas medidas que chegam para apreciação dos legisladores, assim como o prejuízo e até mesmo a inviabilização da produção de tabaco que deixaria à beira da miséria milhares de famílias agricultoras.

Com o objetivo de propagar seus argumentos econômicos, as empresas de tabaco estabelecem coalizões desiguais e fracas com organizações pró-fumo (no caso do Reino Unido, a Forest - Freedom Organisation for the Right to Enjoy Smoking Tobacco - é financiada pela indústria do tabaco), pequenos comerciantes e varejistas. Alguns desses grupos são

financiados em grande parte, ou até mesmo inteiramente, pela indústria do tabaco e podem ser vistos como "grupos de frente" dos interesses da indústria.

No Brasil, um exemplo inclui a aliança da principal empresa fabricante de cigarros Souza Cruz com organizações do setor de hospitalidade, através do patrocínio de atividades de interesse de instituições como a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) e a Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo (Abresi)⁷. Muitos grupos acabam se posicionando junto aos argumentos usados pela indústria, ao terem despertados seus medos de que a regulação irá afetar sua principal fonte de rendimentos.

"É difícil enxergar como a indústria do tabaco pode sustentar suas alegações de que o recolhimento de impostos na



Fonte: Relatório da FGV Projetos, lançado em 2011.

II A MP 540 era inicialmente um pacote de enfrentamento à crise econômica internacional, contendo desonerações tributárias de alguns setores produtivos, e também, a proposta de mudança do sistema de tributação do IPI- cigarros, com aumento de suas alíquotas.

Irlanda decaiu desde a proibição dos displays quando o governo diz que na realidade ele aumentou; mas isso é consistente com a desinformação da mesma em relação às políticas de controle do Tabagismo.” – Dr. Casey Quinn, Universidade de Nottingham.

No entanto, as terríveis previsões da indústria via de regra se provam falsas. No Reino Unido, desde a introdução de uma estratégia abrangente de redução da prevalência em 1999, que incluía a proibição da publicidade, a utilização de imagens de advertência nos maços de cigarros, a implementação de legislação de ambientes 100% livres de fumo e aumento de impostos, houve uma queda dramática nas taxas de consumo de tabaco entre adultos e jovens, além de um declínio sustentado do contrabando e um aumento na arrecadação de tributos⁸.

Ao contrário do alegado, os pequenos negócios sobreviveram. A proibição do fumo em locais fechados não apenas se tornou uma medida popular, como também bastante efetiva na redução dos males causados pelo fumo passivo⁹ e, quando da sua implementação, foi acompanhada por um aumento de mais de 5% nos números de licenciamentos feitos anualmente no Reino Unido.

No Brasil, a lei antifumo paulista é um

excelente exemplo de que as previsões trágicas da indústria não se concretizam. Além de contar com o apoio de 96% da população, tem adesão de 99,8% dos estabelecimentos e aprovada por 73% dos fumantes, não causou perdas econômicas nos estabelecimentos¹⁰. Pesquisa realizada com 60 pontos de diversão na capital paulista mostra que: 82% dos empresários dizem que o movimento cresceu ou não mudou; 85% afirmam que a permanência dos clientes aumentou ou não houve alteração; finalmente, 95% afirmam que houve aumento de contratações ou não aumentou o quadro de empregados^{11 12}.

Além disso, as medidas se mostraram bastante populares, como mostra a pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Datafolha em maio de 2008 a pedido da ACT nas cinco regiões do país. Ela revelou que 88% da população brasileira é contrária ao fumo em locais fechados, e que mesmo entre os fumantes, este índice é de 80%. Na mesma pesquisa, constatou-se que 68% dos entrevistados eram favoráveis à alteração da lei federal, de modo que fossem implementados ambientes 100% livres de fumo¹³.

A criação de uma legislação nacional de ambientes livres de fumo no Brasil, no entanto, se deu por força de (des) articulação dos agentes da indústria e seu lobby junto a parlamentares. Por ocasião da votação da MP 540 na câmara dos

deputados⁶, em 26 de outubro de 2011, foram incluídas em emendas do relator do projeto, deputado Renato Molling (PP-RS), artigos que tratavam do controle do tabaco.

No texto inicialmente apresentado das emendas, o artigo 49 facultava a constituição de estabelecimentos comerciais destinados ao público fumante, cuja entrada seria permitida apenas a maiores de 18 anos. O mesmo artigo contemplava também questões ligadas à publicidade em pontos de venda, propaganda institucional e imagens de advertência nas embalagens de produtos fumígenos, com proposições de interesse da indústria do fumo. Já o artigo 50 tratava da questão da proibição do uso de aditivos, excetuando o mentol e o cravo, conhecidamente os dois mais utilizados e consumidos pelos jovens brasileiros¹⁴.

As medidas inseridas no texto pareciam claramente uma reação e uma forma de impedir a Anvisa de prosseguir com suas consultas públicas 112 e 117, que tratavam justamente de temas relacionados à publicidade em ponto de venda, embalagens e conteúdo dos cigarros³⁴. De certo modo, constituía-se também em uma forma de contestar a competência da agência em regular o setor (outra foi um Projeto de Decreto Legislativo sustando os efeitos das consultas e que será mencionado adiante).

Sem a mobilização da sociedade civil e o apoio de legisladores ligados ao setor da

saúde, bem como da mídia, tal retrocesso e afronta à CQCT teria sido aprovada em plenário^{III}.

ARGUMENTOS PRÓ-INDÚSTRIA E O TABACONOMICS

A indústria do tabaco usa argumentos pseudoeconômicos para desviar a atenção da população em relação às consequências do fumo para a saúde, com a intenção de proteger seu lucro. Repetidamente, a indústria disfarça os seus verdadeiros argumentos através da:

- defesa dos pequenos comerciantes e dos empregos dos trabalhadores deste setor
- defesa dos agricultores familiares que cultivam tabaco
- “soando o alarme” do contrabando e falsificação de cigarros
- negação da efetividade das medidas de controle do tabagismo
- alegação de excesso de controle e regulação

Esses temas serão analisados adiante.

III O texto sancionado da lei 12.546 traz, além da mudança do modelo tributário do IPI, a criação de ambientes livres de tabaco, a proibição da publicidade em pontos de venda, com exceção da exposição das embalagens, e o aumento da área das advertências nas embalagens a partir de 2016. Para conhecer como ocorreu todo o processo de aprovação da lei, ler Almeida, Guilherme E.A., “A interferência da indústria do tabaco na aprovação da lei federal no. 12.546 de 2011 para ambientes livres de fumo”, Brasília, DF, 2012.

DEFENDENDO PEQUENOS NEGÓCIOS, OS EMPREGOS DOS TRABALHADORES E OS AGRICULTORES QUE PLANTAM TABACO

Alegações	Fatos
A proibição da exposição em pontos de venda será custosa e levará à ruína dos pequenos varejistas ¹⁵ .	Os custos das mudanças não são altos e a experiência mostra que não há efeitos adversos para os pequenos varejistas ^{15 16 17 18 19 20} .
A proibição do fumo em ambientes fechados prejudica a indústria de hospedagem ²¹ .	A proibição do fumo em ambientes fechados melhorou a saúde dos trabalhadores, tem apoio do público e não trouxe efeito adverso para a indústria hoteleira ^{9 22 23 24 25 26} .
As políticas de controle do tabagismo levam à perda de empregos e são danosas ao crescimento econômico ^{27 28} .	A mecanização do processo de manufatura do tabaco levou à perda de postos de trabalho. Já a redução do fumo reduziu os níveis de absenteísmo e aumentou a produtividade dos trabalhadores ^{18 27 29 30} .
A proibição de aditivos vai inviabilizar a vida de 50 mil produtores de tabaco tipo burley no Brasil ⁵ .	Mesmo que todos os países signatários da CQCT proibam o uso de aditivos, o tabaco <i>burley</i> ainda será utilizado na composição do <i>blend</i> de marcas de cigarros. Os aditivos são usados para tornar o cigarro atrativo e palatável, e principalmente, facilitar a iniciação ao tabagismo ^{31 32} .

TABACONOMICS E A PROIBIÇÃO DA EXPOSIÇÃO NOS PONTOS DE VENDA

"Uma proibição da exposição em pontos de venda irá levar muitos comerciantes à falência... 23 lojas de conveniência em Ontário e 12 em Quebec fecharam a cada semana após a proibição ser implementada."
- John McKeown, Aliança dos comerciantes varejistas de tabaco (Tobacco Retailers Alliance), Press Association 17/06/2009.

Na realidade, o número de lojas de conveniência aumentou em 1,9% em 2008¹⁶.

"A proibição da exposição irá prejudicar tanto a competitividade quanto os meios de sobrevivência de dez mil pequenos empresários ao impor-lhes altos custos de adaptação". - **Michelle Healy, Gerente geral da British American Tobacco (BAT), 2010^{2,15}.**

Na realidade, o custo de remodelamento das lojas mostrou-se pequeno e não

proibitivo: a média dos custos gerados pela proibição da exposição de cigarros na Irlanda foi de apenas £300, como relatado pela própria Associação de Lojas de Conveniência (Association of Convenience Stores - ACS)¹⁷.

A influência da indústria do tabaco sobre o pequeno varejo é respaldada pelos recursos que ela injeta nas organizações que defendem os interesses dos varejistas^{19,33}. Estes empresários têm sido encorajados a acreditar que as vendas de cigarros são vitais ao sucesso do seu comércio e que medidas de controle do tabagismo prejudicarão

seus negócios. Porém, os produtos do tabaco são responsáveis por apenas uma pequena parcela das vendas totais desses estabelecimentos, e o lucro sobre a venda de um maço de cigarros é muito pequeno (aproximadamente 4-5% em um maço de 20 unidades)^{20 34}, se comparados aos lucros unitários de outros produtos, como frutas (por volta de 25%).

No Brasil, a reação à proposta de proibição de propaganda em PDVs, incluindo a exposição dos maços (CP 117 da ANVISA), gerou extensa campanha na mídia impressa, veiculada em jornais de grande circulação e assinada por organizações aliadas à indústria do tabaco. A medida foi associada ao cerceamento da informação ao consumidor, ao aumento do mercado ilegal, diminuição do consumo legal e consequente perda de empregos na produção e comércio. A aprovação da MP540 no Congresso, sendo convertida na lei 12.546/2011, sancionada pela presidência da República em 14 de dezembro de 2011, apesar de trazer avanços, ocasionou o “engavetamento” da Consulta Pública 117/2010 da Anvisa, pois se passou a contar com uma lei federal recente que versa sobre a matéria da propaganda de produtos de tabaco. Como a lei permite ainda a exposição de produtos, neste aspecto perdeu-se grande oportunidade de avanço em relação ao tema, que equipararia o Brasil a países mais avançados, como Canadá, Inglaterra e Austrália. O país continuará expondo os



Fonte: Jornal O Estado de S. Paulo,
31/03/2011

jovens e crianças a embalagens atraentes e bem posicionadas em PDVs, o que prejudica esforços de redução da iniciação.

TABACONOMICS E A PROIBIÇÃO DE ADITIVOS

A consulta pública da Anvisa 112, que originalmente propunha o banimento dos aditivos e sabores, inclusive açúcares, que tornam os cigarros mais palatáveis e facilitam a iniciação entre jovens e adolescentes, causou uma reação fortíssima de aliados da indústria que alegavam que a proibição de açúcares baniria o cultivo de tabaco tipo burley no Brasil e inviabilizaria a vida de cerca de 50 mil agricultores, segundo os sindicatos do setor, que produzem esse tipo de tabaco^{5,31}. Como relatado, a proposta de se permitir os sabores de cravo e mentol figurava no artigo 50 emendado à MP540/2011. Com sua rejeição em plenário, o processo de análise da CP 112 teve continuidade, e resultou na Resolução RDC 14/2012, publicada em 16/03/2012³⁷, depois de intenso debate e pressão da indústria junto à Anvisa.

Durante todo o processo de consulta pública a pressão do setor fumo demandava a liberação dos açúcares da resolução, ponto da CP 112 no qual a Anvisa cedeu. Ainda assim, a medida ainda é contestada por aliados da indústria do tabaco dentro do Congresso, através do Projeto de Decreto Legislativo Nº 3034/2010 (PDC 3034/2010),

de autoria do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS)³⁸, pedindo a suspensão dos efeitos da Consulta Pública Nº 112 e RDC 14/2012. O PDC constitui-se um retrocesso perigoso ao processo democrático, pois questiona não somente um processo legítimo de consulta pública de um tema de interesse coletivo, mas a própria competência da agência para regular os constituintes dos produtos de tabaco, atribuição que lhe foi conferida com a lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, de constituição da ANVISA³⁹.

TABACONOMICS E A IMPLEMENTAÇÃO DE LEGISLAÇÕES DE AMBIENTES LIVRES DE FUMO

"Estamos nos recuperando da recessão e é hora de retirar o peso da legislação que sobrecarrega o pequeno empresário e suas comunidades. A proibição do fumo tem, ao contrário das alegações das organizações de saúde, ameaçado seriamente a indústria de pubs e bingos, de 6 bilhões de libras, ao afetar negativamente milhares de trabalhadores do setor hospitaleiro, que perderam vendas, postos de trabalho e seus meios de subsistência. Esta é a evidência de como a proibição do fumo em ambientes fechados impactou os pubs e boates no Reino Unido."
– **Christopher Ogden, Diretor Executivo da Associação dos**

Fabricantes de Tabaco (Tobacco Manufacturers' Association – TMA), julho de 2010²¹.



Legenda: "Quando Falta Informação, sobra dúvida para o consumidor."

Fonte: Jornais Folha de S.Paulo, 27/02/2011, e O Globo, 02/03/2011.

A indústria do tabaco alega que políticas de ambientes livres no Reino Unido geraram o fechamento de 52 pubs a cada semana. A associação de Cervejarias e Pubs Britânicos (British Beer and Pub Association - BBPA), em campanha contra reformas no licenciamento e o banimento do fumo em locais fechados, disse ao Parlamento que o número de pubs que fecharam as

portas superou o número dos que abriram em 2008 em quase 2.000 ocorrências; um press release subsequente alegava que o total de pubs fechando suas portas a cada semana aumentou para 52²².

Uma investigação da rede de TV BBC descobriu que a pesquisa que mediu o número de fechamentos de pubs reclassificou os estabelecimentos que aumentaram a sua capacidade de atendimento de "pubs" para "restaurantes" e os incluiu na contagem na categoria "fechamento de pubs", mesmo que o negócio, sua licença de funcionamento e quadro de funcionários tenham permanecido inalterados²³.

Ademais, a evidência disponível mostra que em muitos países, proibições do fumo em locais públicos tiveram um efeito econômico em geral positivo para os negócios, não tendo efeitos adversos sobre a indústria da hospitalidade⁹.



Fonte: Zero Hora, 03/03/2011

A revisão oficial do governo do Reino Unido sobre o impacto da legislação antifumo mostra que as leis de ambientes livres geram impacto na indústria da hospitalidade de diversas maneiras, muitas das quais positivas, como o fim da exposição da saúde dos trabalhadores aos efeitos do fumo passivo, além da redução dos custos com limpeza e seguro dos estabelecimentos. Ademais, estudos mostraram que não houve decréscimo significativo na clientela de bares ou na frequência dos restaurantes

antes ou após a implementação da legislação⁹.

No Brasil, como mencionado anteriormente, a aprovação de lei federal de ambientes livres de fumo se deu através da inclusão de emenda parlamentar à MP540, e aprovação nas duas casas do Congresso (Câmara e Senado). Em seguida, foi convertida na lei 12.546, sancionada em 14 de dezembro de 2011³⁵. Antes disso, iniciativas em âmbito estadual e municipal já haviam sido adotadas no sentido de proteger especialmente os trabalhadores dos males do fumo passivo em sete estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Amazonas, Paraíba, Rondônia e Roraima), e mais de uma dezena de municípios^{IV}.

A lei nacional, apesar de já sancionada pela Presidência da República desde dezembro de 2011, até o momento da impressão desta publicação, em julho de 2012, não havia sido regulamentada, o que é necessário para que efetivamente entre em vigor em todo o país.

A Souza Cruz diz em seu site que considera a fumaça ambiental de cigarros “uma questão de importância pública e acredita que os fumantes precisam se preocupar com o conforto dos não fumantes e não devem fumar perto de crianças”. E mais, afirma



Fonte: Anúncio publicado nos principais jornais do país, em março de 2011

IV O mapa com as leis estaduais e municipais de ambientes livres pode ser acessado em <http://www.actbr.org.br/biblioteca/mapa.asp#mapa>.

que “tem trabalhado no desenvolvimento de programas que visam acomodar os interesses de fumantes e não fumantes e apoia regulamentações nesse sentido”⁴¹.

Porém, três dessas normas tiveram sua constitucionalidade contestada por aliados da indústria do tabaco perante o Supremo Tribunal Federal (STF) em processos ainda em andamento: a lei 13.541/2009 do Estado de São Paulo, a lei 5.517/2009 do Estado do Rio de Janeiro, e a lei 16.239/2009 do Estado do Paraná^V^{VI}. Todas as leis de ambientes livres de fumo, quando questionadas nas justiças estaduais de seus estados de origem, foram mantidas e consideradas constitucionais⁴².

TABACONOMICS E A PERDA DE EMPREGOS

*“Uma proibição nos moldes da lei irlandesa levaria à perda de 20 a 40 mil empregos na Bélgica.” - Relatório no jornal La Libre Belgique, 10 de março de 2005*²⁸.

Na Irlanda, evidências da Agência Central de Estatísticas mostram que em seguida à proibição do fumo em ambientes fechados,

V ADI 4249, promovida pela Confederação Nacional do Turismo – CNTUR, ADI 4306, promovida pela Confederação Nacional do Comércio – CNC e ADIs 4351 e 4153, promovidas, pela CNTUR e pela CNC, respectivamente.

VI Os argumentos das demandantes se pautavam na existência de lei federal que regulamenta o assunto, a lei 9.294/1996, que permitia a criação de áreas exclusivas para fumantes até a sua alteração, promovida pelo artigo 49 da lei 12.546.

as alegações da indústria de que o volume de negócios diminuiria em até 16% e os níveis de emprego cairiam em 14% são imprecisas. Na realidade, até houve uma pequena queda de 3,3% nas vendas, mas esta seguia uma tendência que já havia começado ainda em 2002²⁷.

É alegado que reduções nos volumes de vendas de tabaco levaram ao fechamento de fábricas e à perda dos meios de subsistência de agricultores nos países em desenvolvimento. Por exemplo, alegou-se que as políticas de controle do tabagismo sul-africanas levaram ao fechamento da fábrica *Paarl*, pertencente à British American Tobacco (BAT), e à perda de 350 postos de trabalho, além de outros quase 10 mil trabalhos associados (incluindo o de humildes agricultores) que foram colocados em risco.

Entretanto, de acordo com documentos internos da indústria, a BAT fechou a fábrica de Paarl porque esta era obsoleta e ineficiente e 50 trabalhadores foram realocados para outra fábrica em Heidelberg⁴³, mais moderna. A mecanização dos meios de produção do tabaco foi o verdadeiro responsável pelas perdas desses postos de trabalho⁴⁴. Apesar do volume vendido hoje ser maior que nos anos 1960, atualmente há consideravelmente menos pessoas empregadas na manufatura do tabaco⁴⁵.

De maneira semelhante, foi alegado que a Diretiva da União Européia de 1988 sobre os teores de alcatrão teria levado à perda de 338 mil empregos e ao aumento do mercado ilegal para 95% do mercado total da região²⁸. Na realidade a Diretiva não teve impacto significativo sobre as perdas de empregos nem sobre as vendas das marcas premium ou dos produtos ilegais.

No Brasil, o estudo apresentado pela Fundação Getúlio Vargas em ocasião das Consultas Públicas da Anvisa diz que *"... uma redução na produção de cigarros formais implicaria na redução da produção de tabaco, com o conseqüente impacto nos empregos (rurais e na indústria), área cultivada e redução de receita",* pois *"o tabaco que não fosse absorvido pelo mercado interno formal não poderia ser exportado uma vez que o mercado externo não tem condições de absorver um volume excedente."*⁵.

O relatório também argumenta que a adoção de medidas de controle do tabagismo, desta vez as restrições à propaganda e exposição em pontos de venda, trará impactos negativos ao consumo e aos pequenos varejistas, que fechariam devido à queda brusca das vendas, além de aumentar a quantidade dos produtos ilegais que, segundo o texto, hoje atinge 45% dos estabelecimentos que vendem cigarros. No entanto, não é demonstrada a fonte do número mencionado⁵.

Chega-se até mesmo a contabilizar a perda de empregos, renda e arrecadação de impostos, baseado em hipóteses de redução do mercado formal em 10, 20, 30 ou 50%. Segundo o estudo, "Destaque-se a redução de até 27 mil produtores, a perda de 5 mil empregos diretos na indústria de beneficiamento e a redução de até 130 mil pessoas envolvidas com as atividades no campo"⁵. A construção de cenários de fortes perdas é feita com hipóteses sem sustentação na experiência internacional e local, sem recorrer a nenhum tipo de estudo empírico, assim como com hipóteses extremamente pessimistas, mostrando total desprezo pela cautela e equilíbrio.

Além disso, o argumento de "empregos x vidas" é desprovido de mérito em relação aos argumentos da saúde: em média cada fumante perde 10 anos de vida e convive outros tantos com problemas de saúde²⁹. No Brasil, observa-se uma perda de anos de vida de 5,03 anos dos homens fumantes em relação aos não fumantes e, no caso das mulheres, essa perda é de cerca de 4,5 anos⁴⁶. Os benefícios econômicos da redução pela metade da prevalência do tabagismo (através da queda da incidência das doenças tabaco-relacionadas e conseqüente diminuição dos custos médicos do sistema de saúde; e através do aumento da produtividade e diminuição do absenteísmo no local de trabalho) são estimados somente no Reino Unido entre £13,7 bilhões e £15 bilhões, a serem alcançados até 2020³⁰.

SOANDO O ALARME DO CONTRABANDO E FALSIFICAÇÃO DE CIGARROS

Alegações	Fatos
Altos impostos sobre o tabaco levam ao aumento do contrabando e podem reduzir a arrecadação tributária do governo ⁴⁷ .	A convivência da indústria e seu controle sobre a cadeia da oferta, corrupção e uma fraca aplicação da legislação fiscal são os principais fatores para o aumento do contrabando. Os impostos mais altos sobre os produtos de tabaco na verdade aumentaram a arrecadação do governo, assim como os lucros da indústria ^{48 49 50 51 52 53 54} .
A proibição da exibição dos maços em PDVs cria uma "cultura da venda por baixo do balcão", aumentando o número de vendas para menores de idade e a demanda pelo produto ilegal. A <i>Imperial Tobacco</i> relatou em sua assembléia de acionistas de 2011 que a arrecadação de impostos sobre o tabaco na Irlanda diminuiu em £0,5 bilhão (€0,57 bilhão), que representaria uma queda de 47% ^{15 17 55 56} .	Evidências de fontes independentes mostram que não houve aumento no consumo dos jovens ou no contrabando do tabaco. Na Irlanda, a arrecadação de impostos não foi afetada pela proibição da exposição. Na realidade elas aumentaram em quase €50 milhões ^{57 58 59} .
A retirada da identificação característica das marcas dos produtos derivados do tabaco e a introdução da embalagem genérica facilitam a ação de falsificadores e dificulta a identificação dos produtos ilícitos pelas agências responsáveis pela execução da lei ² .	Os maços de cigarro já carregam marcas de identificação únicas. A retirada das características das marcas não fará diferença na efetividade dos scanners que detectam produtos ilícitos ^{48 49 50 60} .

TABACONOMICS E O MERCADO ILÍCITO DE CIGARROS

"Em minhas pesquisas eu encontrei alguns exemplos ultrajantes da economia fantasiosa da indústria, mas em resumo, qualquer reforma do setor proposta pelo governo terá certamente as seguintes alegações da indústria:

a) 50 pequenos estabelecimentos irão fechar as portas a cada semana, b)

milhares de empregos serão perdidos, c) nossas ruas serão inundadas com cigarros contrabandeados, e se eles acharem que podem escapar, usarão os três argumentos ao mesmo tempo."

- Luk Joosens, Liga Europeia do Câncer (European Cancer Leagues).

O lobby do tabaco continuamente alega que aumentos de impostos levam automaticamente a aumentos no contrabando.

"O governo aumentou hoje os impostos sobre o tabaco em 2% acima da inflação, o que demonstra claramente uma completa falta de reflexão conjunta já que a tributação é o principal motor do comércio ilícito de tabaco que se tem conhecimento." - **Christopher Ogden, Diretor Executivo da Associação dos Fabricantes de Tabaco (Tobacco Manufacturers' Association) em press release da TMA, março de 2011.**

A lógica deste argumento é que os produtos derivados do tabaco não devem receber altos níveis de tributação, pois isso levaria ao aumento do contrabando. O contrabando pode e tem diminuído no Reino Unido, mesmo com impostos crescentes, através da aplicação da lei e de controles no lado da oferta⁴⁸.

Altos níveis de contrabando existem mesmo entre países sem muitas diferenças nos preços dos cigarros legais entre eles. O contrabando de produtos de tabaco também prospera em muitos países com impostos e preços desses produtos extremamente baixos. Na última década, as aplicações de medidas regulatórias e no sentido de interromper a oferta de produtos ilícitos levou à queda abrupta da fatia de mercado ocupada pelo mercado ilegal em vários países (no Reino Unido, o *market share* caiu de 21% em 2000 para 11% em 2010)⁸. Somente um controle apropriado da cadeia da oferta pela indústria (das vendas dos

seus produtos) e uma aplicação rígida das regulações relativas ao comércio podem reduzir o mercado ilegal de tabaco⁴⁹.

As proibições da exposição em PDVs também não levaram a uma queda na arrecadação tributária dos governos. Por exemplo, na Irlanda, após a implementação desta medida, a arrecadação proveniente do tabaco na realidade aumentou de €1,17 bilhões em 2008 para €1,22 bilhões em 2009⁶¹.

A indústria do tabaco alega que as medidas de controle do tabagismo, como aumentos de impostos sobre produtos de tabaco, levam a perdas de arrecadação. No entanto, a demanda por estes produtos é tanta (por ser um produto que causa dependência e, portanto, com uma demanda relativamente inelástica) que, apesar de haver indivíduos migrando para marcas mais baratas e para o mercado ilegal, a arrecadação de impostos continuará a crescer como tem feito na última década, mesmo com o aumento dos impostos acima ou no mesmo nível da inflação⁶². Ademais, apesar do volume de tabaco vendido mundialmente ter caído 3% em 2010, os lucros da indústria aumentaram em torno de 6-7%, devido ao aumento dos preços praticados ao redor do mundo⁶³.

Preço do produto legal e comércio ilegal em 2007

Grupo de países segundo classificação do Banco Mundial do nível de renda	Preço Médio do Produto Legal (US\$)	Porcentagem Média do Consumo Total que vêm do Mercado Ilícito (%)
Baixa Renda	1,13	16,8
Renda Média	1,89	11,8
Renda Alta	4,91	9,8

Fonte: Joossens L, Merriman D, Ross H, Raw M, 2009⁴⁹.

A própria indústria internacional de tabaco tem sido associada à facilitação de operações envolvendo contrabando^{50 51 52 53}. No ano de 2000, o vice-presidente da BAT Kenneth Clarke reclamou em resposta à exposição das ligações da companhia com o contrabando, que este era causado pelos altos impostos e que "... onde os governos não estão preparados para tratar as causas subjacentes do problema (...) nós atuamos, totalmente de acordo com a lei, baseado em que nossas marcas estarão disponíveis, lado a lado às de nossos concorrentes, tanto no mercado legal quanto no ilegal."⁶⁴.

Durante uma investigação do contrabando de tabaco feita pelo Comitê de Finanças Públicas (*Public Accounts Committee*), o Ministro das Finanças da Inglaterra, e depois um membro do CFP disseram em desespero para os executivos-sênior da Imperial Tobacco:

"Pode-se chegar à conclusão de que ou vocês são vigaristas ou estúpidos, e vocês não parecem estúpidos. Como poderiam ter vendido tantos cigarros para a Letônia, Kaliningrado,

Afeganistão e Moldova achando que todos seriam consumidos pela população indígena ou exportados legalmente para países vizinhos, sem desconfiar que seriam contrabandeados?" - George Osbourne, Comitê de Finanças Públicas sobre as vendas da indústria para o Afeganistão, Moldova e Kaliningrado, março de 2003⁵⁴.

O crescimento do mercado ilegal no Brasil também se originou da própria ação das grandes empresas produtoras, envolvidas nos anos 90 com a exportação de cigarros para o Paraguai que retornavam ao país ilegalmente. A estratégia está bem documentada nos documentos da indústria do tabaco, obrigada a disponibilizá-los por decisão judicial, e que foram analisados em diversas publicações^{65 66}.

Mais recentemente, por ocasião das consultas públicas 112 e 117/2010 (já mencionadas), o alarme do contrabando voltou a soar e foi um dos argumentos chaves usados nas tentativas de derrubar as propostas de resolução da Anvisa.

Estudos e a experiência internacional têm demonstrado que as atividades de contrabando tendem a aumentar de acordo com o grau de corrupção nos países⁶⁷, e podem ser controladas através da adoção e aplicação de legislação mais robusta (por exemplo, uso de selos de controle, números de série, marcação especial e imagens de advertências nas embalagens), e pela fiscalização efetiva (através de sistemas de tecnologia de rastreamento, melhores auditorias empresariais e boa governança)^{68 69}.

O próprio Brasil é exemplo das melhores práticas internacionais no tema, pois implementou desde 2007 um sistema de controle e rastreamento da produção de cigarros (Scorpions)⁷⁰, reduzindo drasticamente a possibilidade de produção doméstica sem o pagamento de impostos e facilitando o combate ao cigarro ilegal de outras origens^{VII}.

TABACONOMICS E AS EMBALAGENS GENÉRICAS

Outra alegação feita pela indústria do tabaco é que o uso de embalagem genérica (a retirada dos símbolos e sinais característicos das marcas) facilitará a falsificação das mesmas e dificultará a sua

distinção em relação ao produto legal pelos vendedores e agentes de fiscalização.

"Embalagens genéricas também estão propensas a levar a um aumento ainda mais extenso do contrabando de produtos de tabaco, e estas tornariam mais fácil para o falsificador copiá-las do que os maços já existentes, tornando ainda mais difícil para os consumidores diferenciarem os produtos genuínos dos falsificados." - **Resposta da TMA à publicação do plano de controle do tabaco do governo do Reino Unido, Março de 2011.**

Não há evidência de que as embalagens genéricas serão mais fáceis de serem falsificadas, pois demandariam uma impressão sofisticada das imagens de advertência. O contrabando de qualquer produto do tabaco é um sério problema, mas dada a tecnologia atual de impressão abertamente disponível, em geral todos os tipos de embalagem são fáceis de serem falsificados. E sendo assim, pode ser difícil fazer a distinção entre as embalagens genuínas e as falsificadas. Porém, dispositivos de segurança nas embalagens têm sido introduzidos de modo a solucionar tal problema, como no Reino Unido, Brasil e outros países, onde vêm sendo usados marcadores de segurança com recursos não identificáveis a olho nu, mas que são facilmente identificáveis pelos agentes de fiscalização, revelando imediatamente se o

VII O sistema Scorpions é composto por equipamentos contadores de produção, aparelhos de controle, registro, gravação e transmissão dos dados medidos in loco (dentro das fábricas) à Receita Federal Brasileira.

produto é ou não de origem ilegal.

A combinação destas medidas com uma fiscalização rigorosa e a aplicação consistente de penalidades legais aos contraventores é a melhor maneira de

conter o contrabando, e não a redução da carga tributária. Aliás, no Canadá, quando os impostos sobre o tabaco foram reduzidos após *lobby* dos fabricantes, as taxas de prevalência do tabagismo subiram, enquanto o contrabando não declinou⁶⁰.

NEGANDO A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE CONTROLE DO TABAGISMO

Alegações	Fatos
As políticas de controle do tabagismo, como o aumento de impostos e restrições à promoção e venda de produtos do tabaco são ineficazes na redução da demanda pelos produtos e na prevenção da iniciação de jovens ² .	Evidências de vários países demonstram que o aumento de impostos e as restrições à venda e promoção do tabaco reduzem a prevalência e a iniciação de crianças e jovens ^{29 71 72 73} .

TABACONOMICS E A INICIAÇÃO DOS JOVENS

A indústria do tabaco depende da sua habilidade em recrutar novos consumidores para a sua sobrevivência. O *lobby* a favor do tabaco profere constantemente que não há evidências que sugiram que medidas de proibição da exposição e emprego de embalagens genéricas irão reduzir a iniciação de jovens no tabagismo. Por exemplo, alega-se que as taxas de prevalência de jovens no Canadá aumentaram em 2% como resultado da proibição da exposição em pontos de venda⁵⁵. A multinacional *Japan Tobacco International* contratou a *Europe Economics*, empresa de consultoria baseada em Londres, para desenvolver um projeto contra a proposta de proibição

da exposição de cigarros na Inglaterra do Ato pela Saúde de 2009 (*Health Act 2009*), através de "análises econômicas de especialistas"⁷⁹. As alegações no relatório foram recicladas por Patrick Basham, do Instituto *Cato* (cujos financiadores incluem companhias de tabaco como RJ Reynolds e Altria, donas da Phillip Morris). Basham é o porta-voz canadense a favor da indústria, que tem ativamente feito campanha contra as medidas de controle do tabagismo propostas pelo governo britânico. Análises de especialistas descobriram que seus relatórios e os da indústria são extremamente falhos⁷⁵, e com um grande problema de inconsistência das análises: um elevado ônus da prova e metodologia infalível são exigidos das evidências que não estão de acordo com as posições

favoráveis à indústria, enquanto um padrão extremamente inferior é pedido quando a evidência é adequada aos seus interesses.

Nem o relatório elaborado por Basham nem todas as referências citadas por ele, com exceção de uma, fazem parte de publicações acadêmicas revisadas por pares. Citações feitas são quase integralmente da indústria, de representantes dos pequenos varejistas ou de relatórios de firmas de consultoria contratadas pelas companhias de tabaco.

TODA VEZ QUE
SE APERTA QUEM
ESTÁ DO LADO DA LEI,
A VIDA DE QUEM
ESTÁ FORA DELA
FICA MAIS FÁCIL.

O Brasil tem uma das mais confusas regulamentações sobre cigarros, e também elevada carga tributária incidente sobre o setor, o que faz com que o produto esteja entre os mais caros no mundo. E quando a regulamentação e a tributação apertam, o mercado ilegal, que já atinge quase 30% do mercado brasileiro, vibra, pois ganha um bom impulso para continuar vendendo produtos não submetidos ao devido controle

sanitário, sem advertências de saúde, descumprindo toda a rigorosa legislação em vigor. Sem contar que o País perde R\$ 2 bilhões em impostos e milhares de empregos que deixam de existir. Você acha isso legal?



Fonte: Jornal O Globo, em 29/05/2011.

Os mesmos argumentos de Basham foram utilizados pela FGV Projetos no "Estudo dos Efeitos Socioeconômicos da Regulamentação, pela Anvisa, dos Assuntos de que tratam as Consultas Públicas nº 112 e 117, de 2010", solicitado por instituições ligadas à indústria⁵. O relatório também apresentou doze itens da Bibliografia (do total de 22) cujos autores ou meios onde foram publicados estão relacionados com a indústria do tabaco. Os estudos restantes não parecem ter sido usados, apesar de estarem inclusos na Bibliografia, ou simplesmente seus conteúdos foram alterados⁷⁶.

"Analistas financiados pela indústria produzem relatórios tendenciosos e enganosos, que são reutilizados por lobistas e grupos de frente da indústria e oportunamente surgem nos discursos dos políticos aliados do setor. Então, alegações basicamente falsas são aceitas como 'dados'." - **Anna Gilmore, Universidade de Bath.**

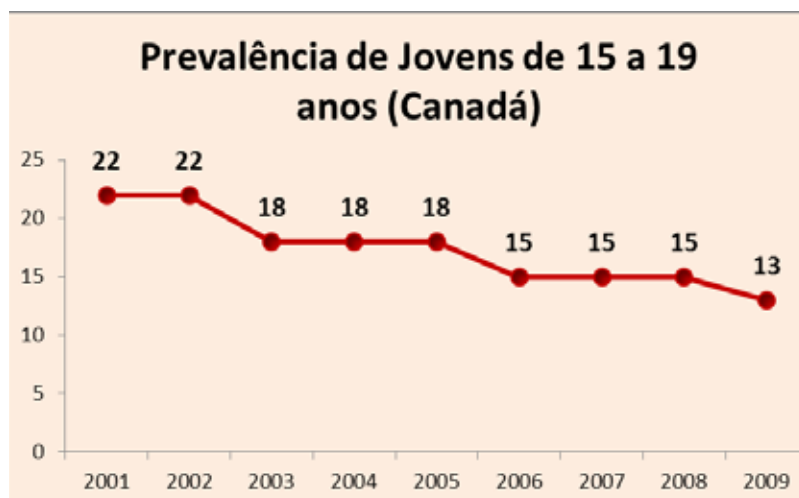
Na realidade, as taxas de prevalência dos jovens canadenses vêm caindo continuamente, e não houve nenhum ano onde tenham aumentado⁵⁷. As evidências sugerem que as taxas de consumo de adultos e jovens diminuíram e o consumo médio diário é menor após a proibição da exposição em pontos de venda ter sido implementada. A idade média de iniciação dos jovens também aumentou⁵⁸.

Os territórios que aplicaram a proibição da exposição em PDVs como parte de um conjunto de medidas de controle do tabagismo observaram um decréscimo na prevalência do tabagismo entre os jovens. Na Islândia, as taxas de fumantes diários entre jovens de 15 anos caiu de 18,6% em 1999, anteriormente ao início da proibição, para 13,6% em 2003, dois anos após a lei ter sido implementada, e tem continuado a cair desde então.

Em sua revisão sobre as proibições da exposição, Basham cita dados de um relatório do Instituto de Saúde Pública da Islândia (PHII em inglês), publicado pelo instituto de estatística *Statistics Iceland*, que alega mostrar que a prevalência de jovens aumentou para 15,5% (Pesquisa sobre Juventude na Islândia - "*Youth in Iceland Survey*"). Entretanto, ele utiliza esta pesquisa ao invés de outra, a Pesquisa da Escola Européia sobre Álcool e Outras Drogas (ESPAD em inglês), que revela um

declínio nas taxas de consumo de jovens para 12,2%. Stefan Hrafn Jonsson, Diretor da Divisão de Pesquisa de Desenvolvimento da PHII, já se reportou à indústria britânica corrigindo o mau uso dos dados. Ele declarou: "O Projeto de Pesquisa da Escola Européia sobre Álcool e Outras Drogas (ESPAD) cobre quase todos os habitantes da Islândia que cursam a 10ª série, isto é com idade em torno dos 16 anos, mas é realizada com menos frequência. Já a pesquisa da PHII utiliza uma amostra de aproximadamente 2.400 habitantes do país com idades entre 15 e 89 anos. Isso significa que o tamanho da amostra para cada faixa etária é menor do que algumas centenas. A pesquisa da PHII em relação à da ESPAD é menos apropriada para medir taxas de prevalência do tabagismo em jovens"⁵⁹.

No Canadá, a pesquisa de monitoramento do uso de tabaco canadense mostra que a proibição da propaganda em pontos



Fonte: Pesquisa Canadense de Monitoramento do Uso de Tabaco (CTUMS), 2001 a 2009.

de venda em um número crescente de províncias coincidiu com uma queda na prevalência do tabagismo entre jovens de 15 a 19 anos – de 22% em 2002 para 15% em 2007⁵⁷.

Uma avaliação do impacto da proibição da exposição mostrou uma melhora das atitudes dos jovens em relação ao fumo na juventude, incluindo: redução na tendência à superestimação do número de colegas que fumam, redução no número de jovens que se recordam dos displays de cigarros em pontos de venda, e redução na crença de que teriam sucesso ao tentar comprar cigarros⁷¹.

TABACONOMICS E AS TAXAS DE PREVALÊNCIA

Embora seja difícil atribuir a introdução de políticas de controle do tabagismo a um decorrente declínio nas taxas de prevalência, todos os países com uma estratégia abrangente de controle do consumo do tabaco têm experimentado uma redução destas taxas. Inclusive o Brasil, como mostra o gráfico abaixo com a evolução da prevalência a população adulta das capitais de 2006 a 2011⁷⁷:

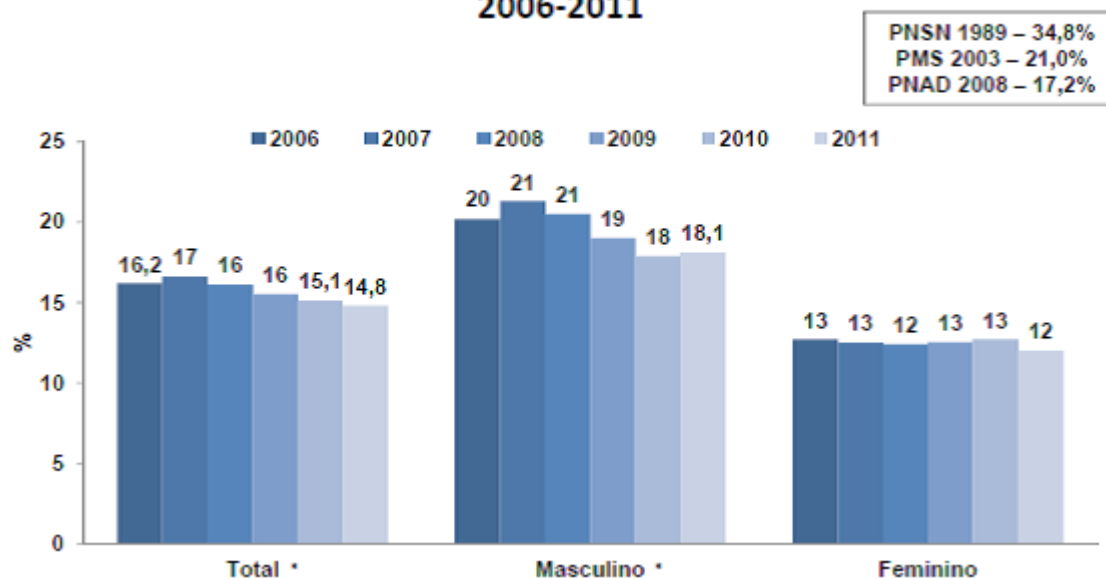
Mas é preciso tomar cuidado, pois, por outro lado, quando os esforços em controlar a epidemia do tabagismo são reduzidos, as taxas de prevalência podem

voltar a aumentar. Um estudo comparativo dos efeitos da lei antifumo na Inglaterra e os impactos decorrentes da recessão financeira demonstraram que, enquanto as taxas de consumo continuam a cair, é necessário manter a pressão para reduzir ainda mais o consumo através das medidas de controle do tabagismo⁷².

A dificuldade em avaliar o impacto das medidas de controle do tabagismo está no fato de no “mundo real” ser extremamente difícil desagregar o impacto que diferentes políticas terão sobre as taxas de prevalência e o comportamento dos fumantes. Há, no entanto, muitas evidências que demonstram que as estratégias de controle do tabagismo mais eficientes exigem abordagens abrangentes e multifacetadas⁷⁸.

O fumo causa dependência e o engajamento nessa atividade não provém de um comportamento racional: há uma variedade de fatores sociais, físicos e comportamentais que influenciam a iniciação. Isto não deve ser um impedimento ao prosseguimento das atividades de redução da prevalência. Uma avaliação abrangente da efetividade dos serviços de auxílio à cessação do Sistema Nacional de Saúde da Inglaterra (*National Health Service - NHS*) mostra que esta é a medida mais custo-eficiente para salvar vidas provida pela NHS⁷³.

Evolução da prevalência de fumante atual, segundo sexo. VIGITEL, 2006-2011



Fonte: Vigitel Brasil 2011

CONCLUSÃO

Em todo o mundo, o tabagismo continua a ser a primeira causa de mortes evitáveis, contabilizando mais de 6 milhões de mortes em 2010, e se a tendência persistir, esse número passará de 8 milhões anuais em 2030. A maioria dessas mortes ocorre em países de baixa renda e em desenvolvimento⁷⁹. O fumo também custa centenas de bilhões de dólares às economias ao redor do mundo. O tabagismo custa à NHS (sistema nacional de saúde do Reino Unido) mais de £2,7 bilhões a cada ano e os custos à economia britânica como um todo são estimados em cerca de £14 bilhões anuais⁸⁰. No Brasil, estudo da ACT intitulado Carga das Doenças Tabaco

Relacionadas para o Brasil concluiu que o custo atribuível de 15 doenças relacionadas ao tabagismo para o sistema de saúde do país foi cerca de R\$ 21 bilhões⁴⁶.

Apesar de ser importante e necessário refutar os argumentos econômicos dados pelos representantes da indústria e ecoados por pequenos varejistas e por agricultores preocupados com seus meios de sobrevivência, estes não devem distrair a atenção do fato que o fumo mata metade dos seus usuários no longo prazo, e que as medidas de controle do tabagismo salvam vidas.

Entretanto, o Tabaconomics precisa ser refutado. Diferente das alegações do *lobby*

pró-tabaco, as políticas de saúde pública não são incompatíveis com o desenvolvimento econômico e o aumento da arrecadação de impostos pelo governo. Como a revisão após três anos da implementação da lei antifumo no Reino Unido mostrou, a proibição do fumo em ambientes fechados geralmente resulta em benefícios econômicos positivos para os países onde tais leis foram implementadas⁹. Pequenos empresários, varejistas e agricultores vêm sendo por muito tempo enganosamente levados pelas indústrias de cigarros a pensar que as vendas desse produto são vitais à sua sobrevivência. Mas na realidade, eles podem obter maiores lucros com a venda ou cultivo de outros produtos, como frutas frescas, por exemplo. A revelação dos gastos detalhados das empresas de tabaco com marketing e financiamento de “grupos de frente”, finalmente poderíamos distinguir as vozes da indústria de tabaco e as dos varejistas e agricultores. Se os formuladores de políticas públicas verdadeiramente se comprometessem com a proteção do pequeno comércio local, que segue sob pressão das grandes cadeias de supermercados, com a demanda por alternativas ao cultivo de tabaco para agricultores familiares, que são reféns das transnacionais processadoras de folha de fumo e muitas vezes desejam produzir alimentos de base agroecológica e apoiassem as medidas de controle do tabagismo, poderíamos alcançar ambas as metas de promover a saúde pública e apoiar os pequenos produtores, comerciantes, e

agricultores familiares.

Muitas das afirmações feitas pelas empresas de tabaco e repetidas na mídia, como a de que a proibição da propaganda de cigarros na França acabaria com a imprensa daquele país⁴³, a proibição da exposição em pontos de venda na Irlanda causou a queda da arrecadação de impostos sobre os cigarros em £0,5 bilhão, e a ratificação da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco pelo Brasil deixaria mais de 2,4 milhões de pessoas desempregadas, são totalmente falaciosas^{56 81}. Ao se deparar com tais argumentos obviamente enganosos existe a tentação em ignorá-las e focalizar apenas nos ganhos da saúde com a redução do consumo de tabaco.

Entretanto, pode ser um grande erro ignorar as falas assustadoras; não importa quão espúrios os argumentos econômicos sejam e quão simples são as evidências contrárias, essas alegações sempre obtêm espaço na mídia e têm o poder de influenciar os formuladores de políticas, de modo inversamente proporcional à sua acurácia, através da repetição e de poderoso lobby dos interessados. No caso do Brasil, precisamos aproveitar a oportunidade que o debate na mídia traz para, além de adotar medidas de controle do tabagismo comprovadamente eficazes, pressionar as autoridades competentes a desenvolver políticas públicas rurais que atendam as demandas dos agricultores familiares por alternativas ao plantio de fumo.

REFERÊNCIAS

- ¹ Walls, T. CAC Presentation Number 4. Press release, 8 July 1994. Bates Number 2041183751-90. www.legacy.library.ucsf.edu/tid/vnf77e00.
- ² Por exemplo, veja resposta da BAT à consulta do governo do Reino Unido sobre o futuro do controle do tabagismo disponível em http://www.bat.com/group/sites/uk__3mnfen.nsf/vwPagesWebLive/DO7J7D2K?opendocument&SKN=1.
- ³ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Consulta Pública número 112, de 29 de novembro de 2010. Disponível em http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/5c95c700486d1e499941992bd5b3ccf0/CP+112_ADITIVOS_DOU+30-11-10.pdf?MOD=AJPERES.
- ⁴ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Consulta Pública número 117, de 27 de dezembro de 2010. Disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/f674f08047458b00949dd43fbc4c6735/CP+N%C2%BA+117+GPDТА.pdf?MOD=AJPERES>.
- ⁵ Fundação Getúlio Vargas/FGV Projetos. Estudo dos Efeitos Socioeconômicos da Regulamentação, pela ANVISA, dos Assuntos de que tratam as Consultas Públicas Nº 112 e 117, de 2010. Em 01/04/2011.
- ⁶ Presidência da República do Brasil. Medida Provisória Nº 540, de 2 de agosto de 2011. Ministério da Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Mpv/540.htm.
- ⁷ Ministério da Saúde do Brasil. "A importância de uma legislação que gere Ambientes 100% Livres de Fumaça de Tabaco." Nota Técnica do Instituto Nacional do Câncer. 2010.
- ⁸ HM Revenue & Customs. Measuring Tax Gaps 2010.; Smoking-related behaviour and attitudes, 2008/09, ONS. http://www.statistics.gov.uk/downloads/theme_health/smoking2008-9.pdf.
- ⁹ Bauld L. The impact of smokefree legislation in England: evidence review. Department of Health, March 2011.
- ¹⁰ Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. 73% dos fumantes estão satisfeitos com a lei antifumo. Assessoria de Imprensa. Outubro de 2010. Disponível em <http://www.leiantifumo.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=188>.
- ¹¹ Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 10/08/2010.
- ¹² Folha de S. Paulo. Faturamento de casas noturnas, bares e restaurantes cresceu 15% nos últimos dois anos na capital. Revista São Paulo. 15/4/2012. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/revista/saopaulo/sp1504201209.htm>.
- ¹³ Aliança de Controle do Tabagismo. Pesquisa ACT/ Datafolha sobre Fumo em Locais Fechados. 2008. Disponível em http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/105_Fumo-em-Locais-Fechados-Datafolha-2008.pdf.
- ¹⁴ Parecer reformulado de Plenário entregue à Mesa pelo Relator Dep. Renato Molling, em 26/10/2011 em Sessão Extraordinária – Deliberativa da Câmara dos Deputados na forma de Projeto de Lei de Conversão.

As alterações feitas pelo relator podem ser observadas ao longo do texto, escritos à mão. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=513512>.

¹⁵ Judicial review sought on tobacco display ban. BAT news release, 26 April 2010. http://www.bat.com/group/sites/uk__3mnnfen.nsf/vwPagesWebLive/DO84VC7B?opendocument&SKN=1.

¹⁶ CANSIM database, Table 080-0011. Statistics Canada.

¹⁷ Implementation of the Tobacco Display Ban in the Republic of Ireland. Association of Convenience Stores, 2010.

¹⁸ Hastings, G. Independent retailers and the demise of smoking: A scoping study. Institute for Social Marketing & Institute for Retail Studies, University of Stirling, Dec 2009.

¹⁹ Letter from James Lowman, Chief Executive of ACS, to Mr Steven Williams MP. 22 February 2011.

²⁰ Personal communication with John McClurey, an independent retailer.

²¹ <http://www.the-tma.org.uk/2010/07/three-years-on-industry-calls-time-on-a-complete-smokingban/>

²² Pub closures rise to record 52 a week. Press release. British Beer and Pub Association, 22 July 2009. http://www.beerandpub.com/newsList_detail.aspx?newsId=289.

²³ Easton, M. Pubs aren't dying – they are evolving. 31 July 2009 www.bbc.co.uk/blogs/thereporters/markeaston/2009/07/pubs_arent_dying_they_are_evol.html.

²⁴ Campaign for Real Ale. CAMRA survey

reveals over 1300 pubs could be lost forever. Press release, 14 Feb. 2007.

²⁵ DCMS Statistical Bulletin: Alcohol, Entertainment and Late Night Refreshment Licensing, England and Wales, April 2007 – March 2008. DCMS Evidence & Analysis Unit, Oct. 2008 <http://webarchive>.

²⁶ Smoking related behaviours and attitudes 2008/9. The Information Centre for Health and Social Care, 2009.

²⁷ Joossens L. Economic impact of smoking in bars and restaurants: Lifting the smokescreen, 2004.

²⁸ Roque, Y. Vice-President of the Federation Horeca, Brussels; reported in La Libre Belgique, 10/03/05 (Joosens L. Pseudo Economics Presentation, Dec 2010).

²⁹ A smokefree future. A comprehensive tobacco control strategy for England. HM Government, Feb. 2010 http://www.dh.gov.uk/en/Publicationsandstatistics/Publications/PublicationsPolicyAndGuidance/DH_111749.

³⁰ Nash, R. and Featherstone, H. Cough up: Balancing tobacco income and costs in society. London, Policy Exchange, 2010.

³¹ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Convocação para participar de Audiência Pública a se realizar na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados sobre as Consultas Públicas 112 e 117 de 2010. 23/03/2011. Disponível em http://actbr.org.br/uploads/conteudo/597_AUDIENCIA_COMISSAO_DE_AGRICULTURA_CD.pdf.

³² Aliança de Controle do Tabagismo. Os Mitos Forjados pela Indústria do Tabaco sobre as Consultas Públicas 112 e 117 da ANVISA.

Disponível em http://actbr.org.br/uploads/conteudo/590_Mitos_Forjados.pdf.

³³ The smoke filled room: how big tobacco influences health policy in the UK. ASH, 2010.

³⁴ Walker G. Sticking around. Convenience Store. 4 March 2011.

³⁵ Presidência da República do Brasil. Lei Nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Ministério da Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12546.htm.

³⁶ Valeska Carvalho Figueiredo, Vera Luiza da Costa e Silva, et.al; "Use of flavoured cigarettes among brazilian adolescents: a step toward nicotine addiction?". Pôster apresentado e premiado durante 15º World Conference on Tobacco or Health. Cingapura, 2012.

³⁷ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC 14/2012, de 15 de março de 2012. Publicada no D.O.U. de 16 de março de 2012. Disponível em <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=16/03/2012&jornal=1&pagina=176&totalArquivos=280>.

³⁸ Projeto de Decreto Legislativo PDC 3034/2010. Apresentada em 14/12/2010 pelo deputado federal Luis Carlos Heinze. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=489609>.

³⁹ Presidência da República do Brasil. Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Ministério da Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9782.htm.

⁴⁰ Aliança de Controle do Tabagismo e Sociedades Brasileiras de Cardiologia, Oncologia Clínica, Pediatria e Pneumologia e Tisiologia. Carta referente à Regulamentação do artigo 49 da Lei 12.546/2011. São Paulo, 2012. Disponível em http://actbr.org.br/uploads/conteudo/728_Carta_Regulamentacao_Lei_12546.pdf.

⁴¹ Souza Cruz. Website da Souza Cruz S.A 2011. Acessado em 15/07/2011 e 10/07/2012. Disponível em http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9PA9?opendocument&SKN=1.

⁴² Homsí, Clarissa. "As ações judiciais envolvendo o tabagismo e seu controle." Em Homsí, Clarissa (org.). "Controle do Tabaco e o ordenamento jurídico brasileiro". Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris. 2011.

⁴³ Joossens, L. The use of pseudo-economics. Presentation, Bath 2010.

⁴⁴ Buck, D. et al. Tobacco and jobs - the impact of reducing consumption on employment in the UK. Centre for Health Economics, University of York, 1995 and The Annual Business Survey. ONS 2010 <http://www.statistics.gov.uk/abs/v>.

⁴⁵ Warner K. The economics of tobacco, myths and realities. Tobacco Control 2000;9:78-89.

⁴⁶ Aliança de Controle do Tabagismo. Carga das Doenças Tabaco Relacionadas para o Brasil. 2012. Disponível em http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/726_Relatorio_Carga_do_tabagismo_Brasil.pdf.

⁴⁷ The Government risks undermining its own Tackling Tobacco Smuggling Strategy. TMA

press release, 23 March 2011.

⁴⁸ Joossens L, Raw M. Progress in combating cigarette smuggling: controlling the supply chain. *Tobacco Control* 2008; 17: 399-404.

⁴⁹ Joossens L, Merriman D, Ross H, Raw M. How eliminating the global illicit cigarette trade would increase tax revenue and save lives. Paris, International Union Against Tuberculosis and Lung Disease, 2009.

⁵⁰ Joossens, L. & Raw, M. How can cigarette smuggling be reduced? *British Medical Journal* 2000;321:947-950 <http://bmj.com/cgi/content/full/321/7266/947>.

⁵¹ Lee K, Collins J. Key to the future. BAT and smuggling in China. *PLoS Medicine* 2006; 3(7):e228.

⁵² Beelman MS et al. Tobacco companies linked to criminal organizations in cigarette smuggling. Washington, Center for Public Integrity. <http://www.publicintegrity.org/report.aspx?aid=351>.

⁵³ RJ Reynolds affiliate pleads guilty, pays \$15 million in criminal fines and forfeitures as part of cigarette smuggling operation. US Department of Justice press release, 22 December 1998 <http://www.usdoj.gov/opa/pr/1998/December/605usa.htm>.

⁵⁴ Public Accounts Committee, Mar 2003 <http://www.parliament.uk/business/committees/committees-archive/committee-of-public-accounts/pac100103-pn3/>.

⁵⁵ Basham P. Canada's Ruinous Display Ban. Institute of Economic Affairs Discussion Paper 29, 2010.

⁵⁶ Imperial Tobacco AGM, 2011.

⁵⁷ Data from CTUMS (Canadian Tobacco Use

Monitoring Survey). <http://www.hc-sc.gc.ca/hc-ps/tobac-tabac/research-recherche/stat/index-eng.php>.

⁵⁸ Hammond D. Presentation can be viewed (with audio) at: <http://davidhammond.ca/downloads/Backup/Hammond%20Talk/>.

⁵⁹ Jonsson, SH. Letter to Tobacco Retailers' Association, Dec. 2008.

⁶⁰ Joossens L, Raw M. Turning off the Tap. Cancer Research UK, 2003.

⁶¹ Excise Duty on Tobacco Products (table EX18). Revenue Ireland, 2009.

⁶² Tax revenue from tobacco. TMA <http://www.the-tma.org.uk/tma-publications-research/factsfigures/tax-revenue-from-tobacco/>.

⁶³ Personal communication with Citigroup analyst. April 2010.

⁶⁴ BAT exposé: special report *The Guardian*, 3 February 2000 <http://www.guardian.co.uk/bat/article/0,,191288,00.html>.

⁶⁵ Illegal Pathways to Illegal Profits: The Big Cigarette Companies and International Smuggling. Campaign for Tobacco-Free Kids. 2003.

⁶⁶ Profits over People: Tobacco Industry Activities to Market Cigarettes and Undermine Public Health in Latin America and the Caribbean, Pan American Health Organization, November 2002.

⁶⁷ The World Bank. Curbing the Epidemic: Governments and the Economics of Tobacco Control. 1999. Washington DC, The World Bank.

⁶⁸ Jha P, Chaloupka F. Tobacco control in developing countries. 2002. Oxford, Oxford University Press.

⁶⁹ World Health Organization. Technical Manual on Tobacco Tax Administration. 2010, Geneve, WHO.

⁷⁰ Estabelecido pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, artigos 27 a 30, e regulamentado através da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil número 769 de 21 de agosto de 2007. Ambos estão disponíveis em <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

⁷¹ McNeill, A. et al. Evaluation of the removal of point of sale tobacco promotional displays in Ireland. Tobacco Control 2010 doi:10.1136/tc.201.038141.

⁷² West, R. Impact of the 'smoking ban' on smoking prevalence in England. Feb. 2010 <http://www.smokinginengland.info/>.

⁷³ Ferguson J, Bauld L, Chesterman J and Judge K. The English smoking treatment services: one year outcomes. Addiction 2005; 100(S2): 59-69.

⁷⁴ Lilico A. The impacts of restrictions on the display of tobacco products: A supplemental report. Europe Economics, October 2009.

⁷⁵ A response by Cancer Research UK to: Canada's ruinous tobacco display ban: economic and public health lessons by Patrick Basham, IEA http://info.cancerresearchuk.org/prod_contrib_wcm/groups/cr_common/@nre/@pol/documents/generalcontent/cr_048792.pdf.

⁷⁶ Aliança de Controle do Tabagismo, Organização Pan-Americana da Saúde, Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health, Campaign for Tobacco Free Kids. Análise do "Estudo dos Efeitos Socioeconômicos da Regulamentação, pela ANVISA, dos Assuntos

de que tratam as Consultas Públicas no. 112 e 117, de 2010", assinado pela Fundação Getúlio Vargas. 2011. Disponível em http://actbr.org.br/uploads/conteudo/664_RESPOSTA_FGV.pdf.

⁷⁷ Ministério da Saúde. Vigitel 2011. Brasília, 2011. Disponível em http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2012/Abr/10/vigitel_100412.pdf.

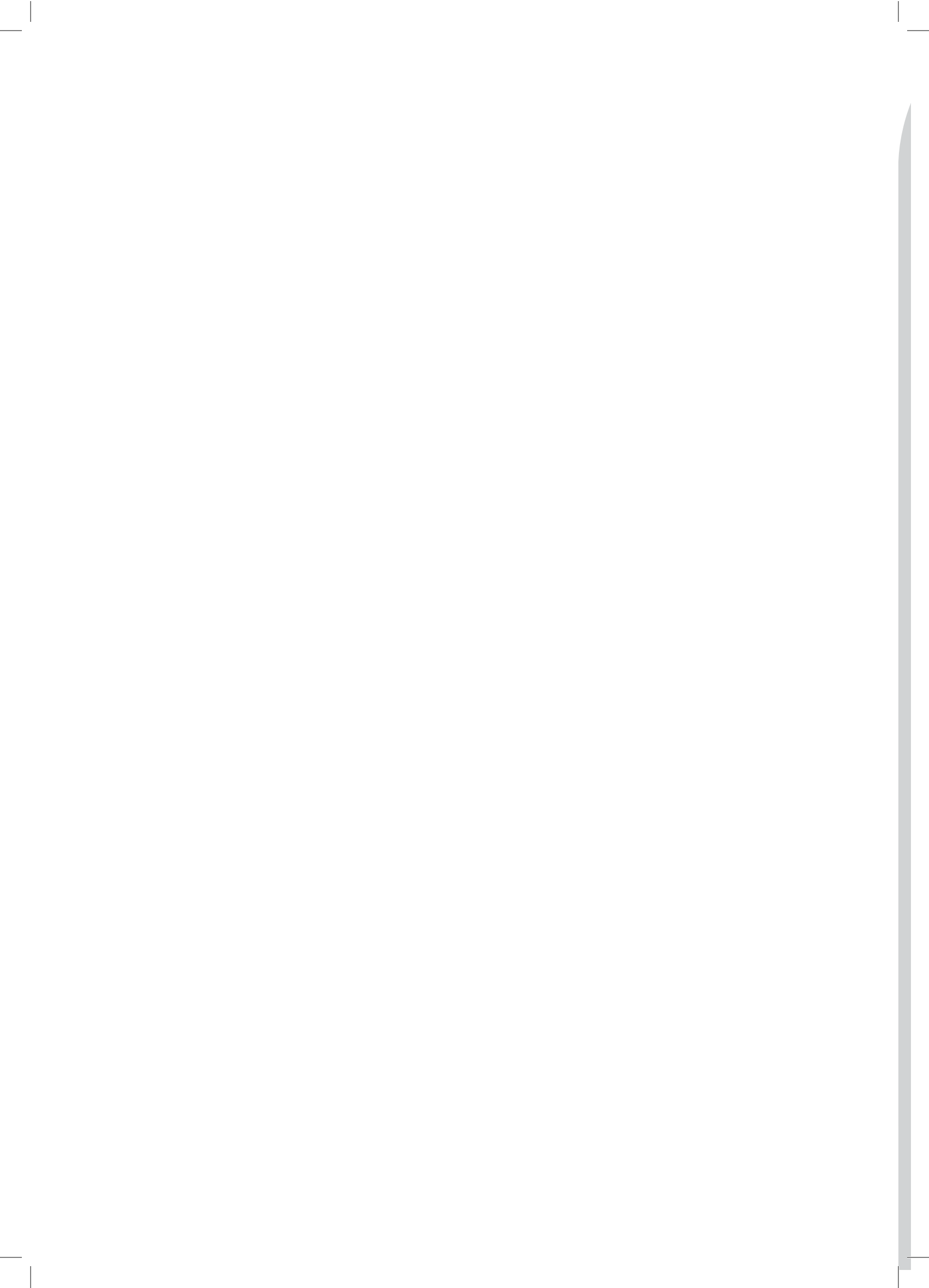
⁷⁸ World Bank. Public Health at a Glance. Tobacco Control. 2003 www.worldbank.org/tobacco.

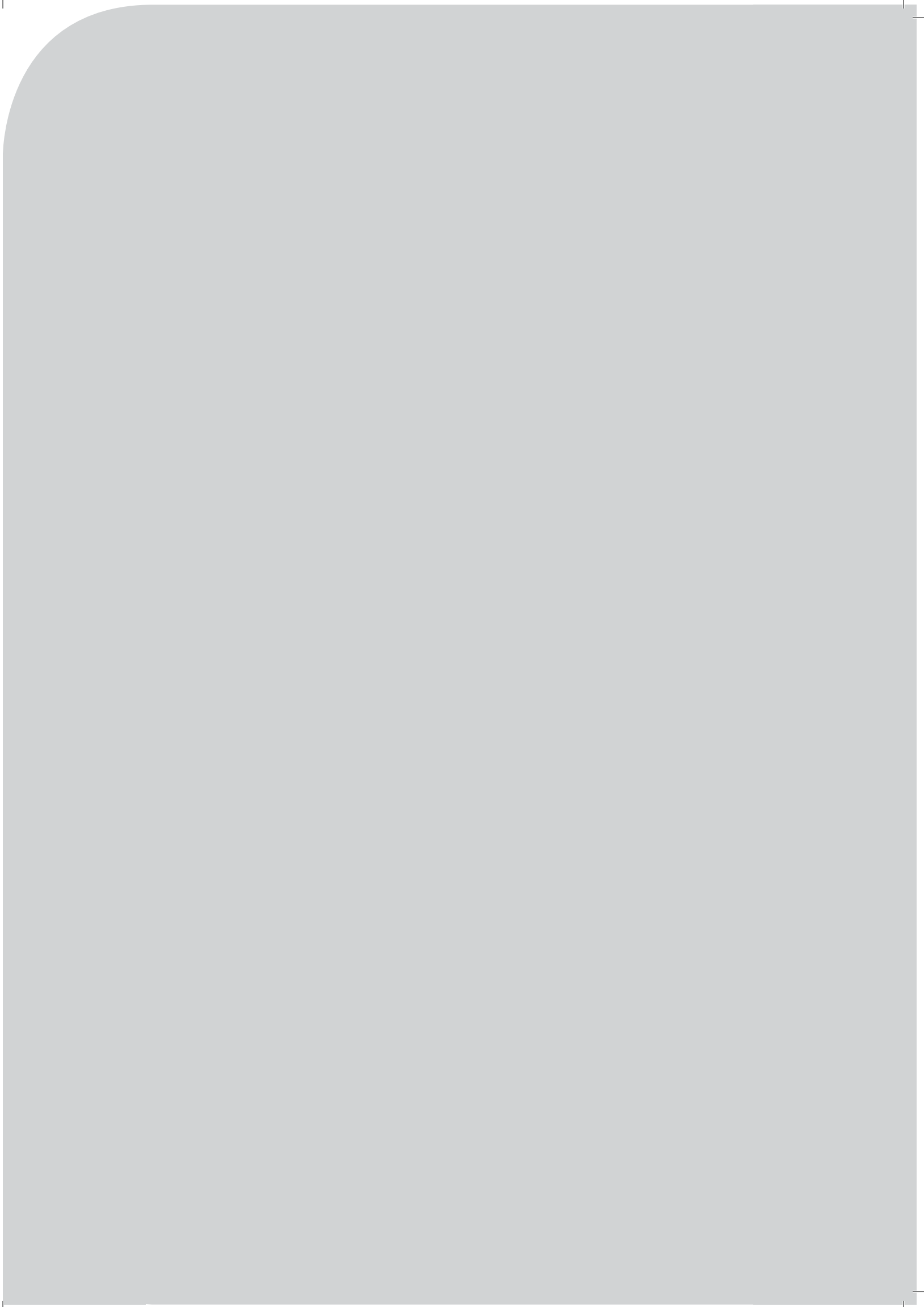
⁷⁹ World Health Organization. WHO report on the global tobacco epidemic, 2011: warning about the dangers of tobacco. 2011, Geneve, WHO.

⁸⁰ Callum C, Boyle S, Sandford A. Estimating the cost of smoking to the NHS in England and the impact of declining prevalence. Health Economics Policy & Law. 2010 doi:10.1017/S1744133110000241; Nash, R. and Featherstone, H. Cough up: Balancing tobacco income and costs in society. London, Policy Exchange, 2010.

⁸¹ Excise duty on tobacco products (Table EX18). Revenue Ireland, 2009.

"Em minhas pesquisas eu encontrei alguns exemplos ultrajantes da economia fantasiosa da indústria, mas em resumo, qualquer reforma do setor proposta pelo governo terá certamente as seguintes alegações da indústria: a) 50 pequenos estabelecimentos irão fechar a cada semana, b) milhares de empregos serão perdidos, c) as ruas serão inundadas com cigarros contrabandeados, e se eles acharem que "podem se safar", usarão os três argumentos ao mesmo tempo. "- Luk Joosens, Liga Europeia do Câncer.







ACT | Aliança de Controle do Tabagismo

Rua Batataes, 602, cj 31, CEP 01423-010, São Paulo, SP
Tel/fax 11 3284-7778, 2548-5979

Av. N. Sa. Copacabana, 330/404, CEP 22020-001, Rio de Janeiro, RJ
Tel/fax 21 2255-0520, 2255-0630

actbr.org.br | act@actbr.org.br